

CASTRO, Sousa

*dep. fed. PA 1918-1920; gov. PA 1921-1925; sen. PA 1925-1930.

Antônio Emiliano de Sousa Castro nasceu em Belém do Pará no dia 15 de agosto de 1875, filho de Antônio Emiliano de Sousa Castro e de Mirandolina Fernandes de Sousa Castro, que, através de decreto assinado em 1888 pelo imperador dom Pedro II, receberiam o título de barão e baronesa de Anajás. Seu pai, juntamente com o médico paraense Camilo Henrique Salgado, fundou em 9 de janeiro de 1919 a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foram, respectivamente, diretor e vice-diretor.

Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e formou-se pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, da qual foi médico clínico e professor catedrático. Ainda antes de formar-se iniciou a carreira política, sendo eleito deputado estadual em 1912, e deputado federal em 1918.

Em 1921, ao se encerrar o segundo governo de Lauro Sodré, foi eleito governador do Pará. Empossado em 1º de fevereiro daquele ano, durante seu governo fundou a Lazarópolis do Prata, primeiro leprosário do Brasil, criado com o objetivo de isolar e oferecer atendimento aos leprosos do estado. Inaugurado em 1924, o leprosário ficava localizado a 150 quilômetros de Belém, na colônia agrícola de Santo Antônio do Prata. Ao final de seu mandato, em 1º de fevereiro de 1925, teve como sucessor o senador paraense Dionísio Bentes, cuja vaga no Senado veio a ocupar. Como senador, integrou a delegação do Brasil à Conferência Internacional do Comércio, realizada em Madri, Espanha, em 1930. Teve o mandato suspenso nesse mesmo ano decorrência da vitória revolução deflagrada em outubro, que dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

Iniciado o governo do interventor Magalhães Barata no Pará em 12 de novembro de 1930, foi posta em prática uma política de perseguição a três ex-governadores ligados às elites hegemônicas da Primeira República: Sousa Castro, Dionísio Bentes e Eurico Vale. Todos tiveram seus bens confiscados, e além disso Sousa Castro e Eurico Vale foram presos.

Nas eleições de outubro de 1934, Sousa Castro foi eleito deputado constituinte estadual na legenda oposicionista da Frente Única Paraense (FUP), que congregou membros do Partido

Republicano Federal, do Partido Republicano Conservador, revolucionários descontentes com Magalhães Barata e uma parte representativa do operariado vinculada ao Partido Trabalhista e ao Partido Social Trabalhista. O resultado das eleições demonstrou a supremacia do Partido Liberal (PL), de Magalhães Barata, que fez sete dos nove deputados federais e 21 dos 30 deputados estaduais. A eleição de Magalhães Barata para governador, a ser feita pela Assembleia Constituinte estadual, parecia assim estar garantida. Entretanto, às vésperas da eleição ocorreu o episódio que ficou conhecido como a “dissidência do PL”, em que sete membros daquele partido, em virtude de desentendimentos com o interventor, se uniram aos nove deputados da FUP e lançaram Mário Chermont como candidato ao governo do estado.

Em 4 de abril de 1935, data de instalação da Constituinte, temerosos de represálias, Mário Chermont e seus aliados, entre os quais Sousa Castro, buscaram refúgio no quartel do Exército e solicitaram um *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça. Aproveitando a situação, o presidente da Assembleia, deputado Ápio Medrado, fiel ao interventor Barata, convocou três suplentes (padre Clotário de Alencar, Angelino Lima e João Lopes de Barro), garantiu quorum à sessão e elegeu Barata governador por maioria absoluta de votos, empossando-o imediatamente. No dia 5 de abril, munidos de *habeas corpus* e acompanhados pelo desembargador Dantas Cavalcante, a maioria dos deputados, formada pelos representantes da FUP e pelos dissidentes do PL, seguiu em direção ao prédio da Assembleia acompanhada por uma turba que, aos gritos, os acusava de “traidores”. Entretanto, não conseguiram chegar a seu destino, pois foram surpreendidos por um intenso tiroteio, no qual Sousa Castro foi baleado no tórax.

Após esses acontecimentos, que tiveram intensa repercussão no cenário político nacional, Magalhães Barata foi imediatamente exonerado do cargo de interventor, para o qual foi nomeado temporariamente o major Carneiro de Mendonça. Após negociações com os grupos em luta, o nome escolhido para ocupar o governo do Pará foi José Carneiro da Gama Malcher, que governou o estado até 1943.

Durante o Estado Novo, entre os anos de 1937 e 1942, Sousa Castro ocupou o cargo de

diretor administrativo do Instituto de Patologia Experimental do Norte (IPEN), instituição criada em 1936 no Pará por uma equipe de jovens médicos e farmacêuticos sob a coordenação de Evandro Chagas, filho de Carlos Chagas, com o objetivo de desenvolver pesquisas a respeito de micro-organismos e patologias da Amazônia. Em 1940, após o precoce falecimento de Evandro Chagas em um acidente aéreo, o governo do estado do Pará deu ao IPEN o nome de Instituto Carlos Chagas (IEC), em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo cientista na região. Em 1942 o IEC foi incorporado, como laboratório central e órgão de pesquisa, ao então criado Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), do Ministério da Educação e Saúde, com respaldo em um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, cujo objetivo era criar condições sanitárias adequadas nos vales do Amazonas e do rio Doce que garantissem aos norte-americanos o provimento de matérias-primas indispensáveis aos esforços dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Sousa Castro exerceu as funções de consultor da Superintendência Nacional do SESP e consultor do SESP da Amazônia.

Faleceu no dia 1º de julho de 1951, no Rio de Janeiro.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CAMPOS, A. *Políticas*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SIQUEIRA, E. *Formato*.